

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 6.019, DE 2001

Acrescenta parágrafo ao art. 791 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Autor: SENADO FEDERAL

Relator: Deputado SABINO CASTELO
BRANCO

I - RELATÓRIO

O projeto em epígrafe propõe o acréscimo de um § 3º ao art. 791 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, possibilitando a constituição de procurador no momento da audiência, mediante registro em ata e com a anuência da parte representada.

A proposta é oriunda do Senado Federal, tendo sido remetida à esta Câmara dos Deputados para o exercício da função revisora.

Esgotado o prazo regimental, não foram apresentadas quaisquer emendas.

É o relatório.



EBBECBEC41

II - VOTO DO RELATOR

O Direito do Trabalho é o ramo jurídico que privilegia, por excelência, o imediatismo na tomada de decisão, motivo pelo qual se valoriza os princípios da oralidade e da concentração dos atos processuais, entre outros.

O projeto em exame, ao propor que o procurador possa ser constituído mediante registro em ata de audiência, contribui, a nosso ver, para a consecução dos princípios citados no parágrafo anterior, o que proporcionará, em última instância, uma maior celeridade do processo trabalhista. Aliás, tal medida atende, igualmente, o disposto no inciso LXXVIII do art. 5º da Constituição Federal, na forma aprovada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, que estabelece:

"Art. 5º.....

LXXVIII - a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação."

Por outro lado, ainda que verifiquemos uma simplificação no procedimento trabalhista, devemos observar que a proposta não caracteriza prejuízo à parte interessada. Isso porque a constituição do procurador será feita perante o juiz e por meio de anuência expressa da parte.

Diante do exposto, entendemos que a proposição em apreço favorece o procedimento judicial, sem comprometer a segurança jurídica que deve prevalecer em relação às partes processuais. Nesse contexto, posicionamo-nos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 6.019, de 2001.

Sala da Comissão, em de de 2007.

Deputado SABINO CASTELO BRANCO
Relator



EBBECBEC41

ArquivoTempV.doc



EBBECBEC41